

Itamar usa decreto contra corrupção

A versão brasileira da operação Mãos Limpas de caça aos mafiosos italianos já encontrou o principal instrumento legal para punir os políticos e funcionários públicos envolvidos com a corrupção no Orçamento. Durante a reunião de hoje da comissão dos Três Poderes contra a impunidade (chamada de comissão de notáveis contra a corrupção e a impunidade), no Palácio do Planalto, o presidente Itamar Franco deverá baixar um decreto regulamentando a Lei nº 8.429, que determina a perda dos bens dos envolvidos para a devolução integral do dano causado ao patrimônio público, além de tornar inelegíveis por até dez anos os deputados e senadores condenados.



DIDA SAMPAIO



Magnaldo Nicolau à espera dos depoimentos: polícia passa a procurar obras para descobrir se houve desvios

A lei do enriquecimento ilícito existe há pouco mais de um ano mas nunca foi aplicada. Com base nesta lei, a CPI do Orçamento poderá pedir ao Ministério Público o imediato sequestro dos bens dos parlamentares que tenham enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio por meio de negociatas com recursos públicos. Bastam "fundados indícios de responsabilidade", diz o texto, sancionado nos últimos meses do Governo do ex-presidente Fernando Collor, já com o apoio da comissão contra a impunidade, integrada por representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A CPI ainda não tem uma estimativa de quanto foi desviado do Orçamento, mas a lei garante a devolução do dinheiro aos cofres públicos por meio da perda dos bens dos envolvidos.

As punições atingem funcionários públicos, ministros de Estado e parlamentares, classificados como "agentes públicos". Entre os atos de improbidade administrativa listados pela lei está o recebimento de vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza. A lei prevê a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos por um período de três até dez anos.

A lei também obriga que os agentes públicos apresentem declaração de bens atualizada. Esta é a parte do texto que o Itamar Franco pretende ver regulamentada imediatamente.